



# Anais da Assembléia

Nº 196

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pypio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pécides H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1995**  
**(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofícios:**

**OFÍCIOS**

Sob o nº 37/95, do Senhor Márcio José Tokars, Juiz Eleitoral da 53ª Zona, encaminhando Ata do plebiscito para criação do Município de Fernandes Pinheiro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 07/95, do Senhor Luiz Carlos Boer, Juiz Eleitoral da 65ª Zona, encaminhando Ata de Apuração visando a criação

do Município de Prado Ferreira, a ser desmembrado de Miraselva, Comarca de Porecatu. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 477/95, do Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando autos de Mandato de Segurança nº 45.567-2, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Guarapuava e impetrada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de qual concedi a liminar pleiteada no referido feito, suspendendo, até o julgamento final deste "writ", os efeitos da Resolução nº 07/95, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o que faço com espeque no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1.533, de 1951. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/235/95, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 447/95, de autoria do Deputado Anibal Khury. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/ 236/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, por julgá-lo inconstitucional. À **Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/265/95, do Senhor Governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 481/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263 e 264/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

363/95: De autoria do Deputado Edson Silva Lino, que cria o Município de Cruzmaltina, desmembrado do Município de Faxinal, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.222. **Anote-se - Arquite-se.**

079/95: De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe que os estabelecimentos comerciais situados nas rodovias estaduais e federais no território do Estado do Paraná e que tenham autorização de acesso por elas, não poderão vender ou servir bebidas com qualquer teor alcoólico, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.223. **Anote-se - Arquite-se.**

503/95: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Tamarana, desmembrado do Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.224.

**Anote-se - Arquivo-se.**

383/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Carambeí, desmembrado dos Municípios de Castro e Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.225. **Anote-se - Arquivo-se.**

206/95: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na Cidade de Iporã, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.226. **Anote-se - Arquivo-se.**

339/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública estadual o Centro Social Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, Bairro Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede e foro no Município de Curitiba / PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.227. **Anote-se - Arquivo-se.**

260/95: De autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores da Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga/PR - SINTMOP, com sede e foro na Cidade de Pitanga, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.228. **Anote-se - Arquivo-se.**

028/95: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública Estadual a Casa da Terceira Idade Irmã Dulce, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.229. **Anote-se - Arquivo-se.**

320/95: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação Comunitária de Apoio ao CAIC - ACAC, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.230. **Anote-se - Arquivo-se.**

378/95: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores São Pedro e São Paulo - AMOSP, com sede e foro na Cidade de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.231. **Anote-se - Arquivo-se.**

286/95: De autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação no Meu Pequeno Mundo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.232. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a

Associação Beneficente Renascer, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.233. **Anote-se - Arquivo-se.**

406/95: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Adhemar de Barros, com sede no Distrito de Adhemar de Barros e foro no Município de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.234. **Anote-se - Arquivo-se.**

486/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 305.000,00 e autoriza a SETR, através da APPA, a proceder pagamentos conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.235. **Anote-se - Arquivo-se.**

376/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre doações de órgãos e tecidos passíveis de serem transplantados e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.236. **Anote-se - Arquivo-se.**

149/95: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que dá nova redação ao art. 1°, da Lei n° 9.299/90, que dispõe sobre a criação do Município de Pato Bragado, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.237. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/95: Do Poder Executivo que, convalida a participação do Banco do Estado do Paraná S.A., na condição de acionista majoritário da Sociedade de Economia Mista BANESTADO Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.238. **Anote-se - Arquivo-se.**

364/95: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Promoção e Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiências de Ponta Grossa - Fundação PROMOVER, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.239. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/95: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Ministério do Trabalho, a área que especifica, localizada no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.240. **Anote-se - Arquivo-se.**

467/95: De autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila Cristina, Vila Rosa e Jardim Adriana, com sede e foro na Cidade Telêmaco Borba, o qual convertido em Lei tomou o

nº 11.241. **Anote-se - Arquivo-se.**

437/95: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, o imóvel que especifica, localizado nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.242. **Anote-se - Arquivo-se.**

442/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 3.903.392,00, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.243. **Anote-se - Arquivo-se.**

457/95: De autoria do Deputado Florisvaldo Fier que, declara de Utilidade Pública a Associação Musical do Método Suzuki, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.244. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Vila Sandra II, Bairro Campo Comprido, com sede e foro no Município de Curitiba - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.245. **Anote-se - Arquivo-se.**

198/95: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação Irmãs Cavanis, com sede no Município de Castro, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.246. **Anote-se - Arquivo-se.**

230/95: De autoria do Deputado José Tavares que, autoriza o Governador do Estado a regulamentar o art. 35, § 1º, da Constituição Estadual do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.247. **Anote-se - Arquivo-se.**

374/95: De autoria do Deputado Nereu Moura que, cria o Município de Porto Barreiro, desmembrado de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.248. **Anote-se - Arquivo-se.**

158/95: De autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros que, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Imprensa, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.249. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/266/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

491/95: Do Poder Executivo que, dispõe que as autarquias e fundações deverão, conforme especifica recolher ao Tesouro Geral do Estado, no exercício de 1995, até

90% (noventa por cento) do saldo financeiro disponível, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.251. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 14738/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado desfavorável do plebiscito visando a criação do Município de Centro Novo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14739/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Bela Vista da Carova. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14.740/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Coronel Domingos Soares. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14741/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Prado Ferreira. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14742/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Fernands Pinheiro. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14743/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Manfrinópolis. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14744/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado desfavorável do plebiscito visando a criação do Município de Guaraituba. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14745, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a criação do Município de Pontal do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 14746, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado desfavorável do plebiscito visando a criação do Município de Novo Pira-

**pó. Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 15006/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a transferência da área denominada "Gleba de São Jorge" do Município de Altônia para o Município de São Jorge do Patrocínio. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 15007/95, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral da Justiça Eleitoral, encaminhando Ata Final de Apuração do resultado favorável do plebiscito visando a transferência de área de Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao Município da Lapa, para o Município de Balsa Nova. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° 244/95, do Deputado Jocelito Canto, comunicando sua transferência para o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATCC 1503/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Transferências de Recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU para o Município de Maringá". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1935/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "Critério adotado para o remanejamento de cargos". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1498/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Toti Colaço, que pede esclarecimentos sobre "Paralisação das obras da Escola Estadual João XXIII, Município de Irati". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 081/95, do Senhor Abel José Baietel, Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Possibilidade de fornecer uma Kombi para o Conselho Tutelar no Município de Pinhão". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1914/95, do Senhor Deni L. Schwartz, Secretário de Estado dos

Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "Previsão de obras de melhorias nas condições de tráfego do anel viário Prefeito Sincler Sambati, Contorno Sul, na Cidade de Maringá". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1965/95, do Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Renato Adur, que pede esclarecimentos sobre "Cargos de Assistente de Segurança, simbologia 9-C, nos Municípios do Estado do Paraná". **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1508/95, do Senhor Fernando Ribas Carli, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre "Atividades desenvolvidas pela SANEPAR no Município de Ponta Grossa". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

**Requerimentos:****REQUERIMENTO N° 4065**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO N° 4064**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, vem por intermédio do presente, REQUERER, do Exmo. Senhor Governador do Estado, a urgência e o empenho no pagamento dos convênios firmados com os municípios do Estado, tais como: Municipalização do Ensino, PEDU, Convênios com o DER e FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(aa) JOCELITO CANTO, ANTONIO ANNIBELLI, NEIVO BERALDIN, CAÍTO QUINTANA, RENATO ADUR, CLEITON KIELSE, TOTI COLAÇO, IRONDI PUGLIESI, PÉRICLES DE MELLO, NEREU ALVES DE MOURA, DUÍLIO GENARI, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, CEZAR SILVESTRI, BETO RICHÁ, CÉSAR SELEME E GERALDO CARTÁRIO.

**REQUERIMENTO N° 4063**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa Legislativa do Resumo e Conclusões do Seminário: "Política de Ciência e Tecnologia do Paraná", realizado dias 27 e 28 de novembro pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, conforme anexo.

Requer, também, que seja enviada cópia do referido Resumo e Conclusões ao Senhor Governador do Estado, Senhora vice-Governadora, Senhores Secretários de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Agricultura e Abastecimento; Educação; Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente; Planejamento e Coordenação Geral; e Saúde.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) PÉRICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

O Seminário em questão discutiu a situação da Ciência e da Tecnologia no Estado do Paraná e, ao final decidiu-se pela criação do Fórum Permanente de Ciência e Tecnologia do Paraná e pela elaboração do documento anexo, ao qual pretendemos dar a mais ampla divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Senhor Deputado Caíto Quintana, do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Primeira Sessão após votações importantes neste período extraordinário na Assembleia Legislativa e tendo havido por parte deste Poder uma total boa vontade demonstrada no sentido de permitir ao Governo do Estado capitalização, de forma a poder transpor este momento de dificuldade econômica do Poder Público, só queríamos chamar a atenção, Deputado Algaci Túlio, que os problemas de ordem econômica existentes no Poder Público não se resumem ao Governo Estadual. Eles afetam muito mais as Prefeituras Municipais e em razão disto, de a Assembleia ter votado um projeto que autoriza o Governo do Estado a trazer para um caixa único do Tesouro até 90% dos recursos de Fundação e Autarquia, e segundo informações, o Governo tem negociado informações do próprio Governo pela imprensa, para justificar a necessidade urgente da lei que autorizasse o penhor das ações da COPEL.

Queremos pedir vênias aos líderes dos Partidos de apoio ao Governo, que intercedam junto ao Governador, à Secretaria de Planejamento, à Secretaria da Fazenda, para efetivar os pagamentos atrasados de

convênios com os municípios. Os municípios não têm condições hoje de cumprir o encerramento do ano financeiro municipal, em razão das suas dificuldades. Tem municípios apelando para o extremo de reunir os seus funcionários, aprovar uma lei na Câmara de empréstimo no Fundo de Previdência, Deputado José Maria, para poder agüentar o final do ano, e o Governo está devendo convênios para os municípios.

Portanto, seria de suma importância o repasse desses recursos agora, este ano, porque, Senhores Líderes de apoio ao Governo, porque no ano que vem os municípios terão que apresentar, Deputado Geraldo Cartário, Vossa Excelência que foi prefeito, terão que apresentar certidão negativa do Tribunal de Contas para poder receber dinheiro, mesmo dos convênios do Poder Público, e é notório que no primeiro, segundo mês de cada ano, o Tribunal de Contas ainda não avaliou as contas dos municípios e passam, portanto, dificuldades, muitos municípios, para poder conseguir a sua certidão negativa.

O Sr. Geraldo Cartário - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Caíto, até há pouco, dois, três dias atrás, comentava com o Líder do Governo, inclusive com o Presidente da Assembleia, e outros Deputados, que a Assembleia aprovou dois projetos aqui que poderíamos até interpretar como um trabalho meio laranja que fizemos. Vou explicar, Deputado.

O primeiro, é que as Secretarias da Fazenda, da Educação e do Planejamento, conjugadas, começaram a usar uma tática de que não havia recurso orçamentário. Imediatamente acionamos a Secretaria de Educação para que mandasse a suplementação para esta Casa, e veio, de cinco milhões e setecentos mil reais. Aprovada essa suplementação, o Presidente Anibal Khury imediatamente assinou, ligou para o Secretário lá no Palácio, para que levasse ao Governador para sancionar imediatamente porque ia beneficiar os municípios.

Resultado: após esta lei sancionada e publicada, eles passaram a informar de outra forma, de que teria que a Assembleia aprovar os 90% do caixa único, para que o Estado pudesse manter os convênios da municipalização. Aí a Assembleia aprovou essa lei, do caixa único, dos 90% (noventa por cento), e tão logo foi aprovado, uma vez mais o Presidente assinou, peguei, mandei um fax para a Secretaria da Fazenda, para que os Prefeitos pudessem receber esse recurso.

Deputado Caíto, até este momento, não



houve o desembolso ou o pagamento do mês de outubro, porque é outubro, novembro e dezembro, pelo menos outubro não foi pago até este momento e isso, Deputado, traz uma desmoralização a todos os municípios do Paraná.

Aí vem aquela divulgação de que as Prefeituras estão falidas. E sempre tenho batido e o Toti também, aqui na tecla que não existe falência de prefeitura. O que existe é o não cumprimento, por parte do Governo Federal, veja bem, o Governo Federal também não está cumprindo com o Estado, o Estado não cumpre com os municípios, e aí sai toda essa informação de que as prefeituras estão falidas.

Então, infelizmente, os Prefeitos estão encerrando o ano de 1995, muitos deles fazendo empréstimo em Banco, em nome particular de amigos, visto que o Banco Central exige uma enormidade de documentos, e ainda o Banco do Estado diz que não tem capacidade financeira para atender a todos, e isso então tem aquele jeitinho, que é o jeitinho que o Tribunal de Contas não aceita, que é empréstimo particular para sanar o problema do não recebimento por parte do Governo do Estado.

Então, Vossa Excelência está realmente de parabéns pelo enfoque que traz a esta Casa no dia de hoje, mas o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, já ligou inclusive há dois, três dias atrás, para o Secretário, a meu pedido, o Deputado Valdir Rossoni também, e dizem que o Governo não tem caixa.

Então, gostaria de, mais uma vez, fazer um apelo ao Algaci Túlio e ao Rossoni, líderes, e inclusive ao Presidente da Assembleia, que ligue para o Secretário da Fazenda e que mande pagar, que dê um jeito de pagar, porque os prefeitos precisam desse dinheiro.

Obrigado pelo aparte.

**O Sr. Toti Colaço (Aparte)** - Deputado Caíto, completando o que o Deputado Geraldo Cartário acaba de colocar, há uma semana atrás tornamos pública uma reivindicação dos prefeitos de uma das determinadas microrregiões do Estado. O que eles, conforme Vossa Excelência está colocando com muita propriedade, as extremas dificuldades dos municípios, colocaram, estavam insistindo em fazer um empréstimo do próprio BANESTADO, junto ao BANESTADO, para poder pagar inclusive, dentro do seu próprio mandato, que seria a partir do ano que vem. E mesmo assim, Deputado Caíto, mesmo assim não obtiveram a resposta por parte do Banco, por parte do Governo.

É profundamente lamentável, é triste, os prefeitos do interior do nosso Estado

realmente estão passando por uma das maiores crises dos últimos quinze anos, que conhecemos de perto a administração pública municipal.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo assunto abordado nesta Sessão.

**O Sr. Neivo Beraldin (Aparte)** - Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto que aborda na tribuna, e acho que já foi esmiuçado com as palavras do Deputado Toti Colaço e o Deputado Cartário e apenas para reforçar a preocupação que imagino seja de todos os Deputados, que detêm as suas representações dos municípios com o pagamento do 13º salário das suas folhas de pagamento.

Municípios como Colombo, que tem haver do Estado a municipalização no mês de outubro, novembro e já em seguida dezembro. Está tendo Campo Largo enormes dificuldades para pagar a sua folha de 13º, no entanto, tem haver do Governo do Estado. Não adianta comemorarmos o pagamento apenas dos funcionários públicos estaduais, temos que comemorar também o pagamento dos funcionários públicos municipais. A preocupação e o discurso de Vossa Excelência na tribuna na tarde de hoje, espero que possa surtir efeito positivo no sentido de que os prefeitos possam cumprir o seu dever, que é fazer com que os seus funcionários municipais tenham um Natal e um final de ano mais feliz.

Muito obrigado.

**O SR. CAÍTO QUINTANA** - Nós, nesta Casa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, muitas e muitas vezes os Deputados de apoio ao Governo citaram que houve uma projeção de convênios assinados com os municípios e que não havia o respectivo recurso orçamentário para efetuar pagamento. Já travamos essa discussão, mostrando que o atraso, Deputado José Maria, não está nos pretensos convênios a serem assinados, está naqueles em andamento, tanto de calçamento de pedra irregular, quanto da FUNDEPAR, na construção de escolas, quanto nos convênios de educação da municipalização de ensino.

E pasmem, Senhores Parlamentares, um município me procurou esses dias que estava em atraso o pagamento de PEDU de calçamento urbano, e liguei para a FAMEPAR, que me disse que faltava transferência de recurso na Fazenda. Liguei para a Fazenda, o funcionário da Fazenda dizia-me que não poderiam efetuar o pagamento, porque precisa do recurso para pagar a folha de pessoal. Disse para ele, Deputado Zuk: "Estamos falando língua diferente, porque o PEDU é empréstimo externo que a Prefeitura fez e vai pagar, não é o recurso do Tesou-

ro e não se pode tomar esse dinheiro em prejuízo ao município.

Portanto, fica esse apelo aos líderes de partido de oposição que cobrem, os Senhores tiveram tanta propriedade em conversar com Deputados para convencê-los a apoiar o projeto que retirava dinheiro de fundações e autarquias para um caixa único, tiveram tanta força de argumento para mostrar a necessidade do aval das ações da COPEL a financiamentos do Governo do Estado.

É bom manter essa conversação entre situação e oposição, mas é bom também que os municípios não amarguem um fim de ano sem poder pagar os seus funcionários, não por estarem pedindo dinheiro de apoio, por estarem exigindo o cumprimento de serviços executados de convênios existentes e que o Governo não está pagando.

Concedo-lhe um aparte, Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Caíto, mais uma vez traz a esta Casa uma questão presente e de extrema importância, muito mais quando se avizinha o encerramento do exercício fiscal financeiro de 1995, em que os municípios em breve baterão às portas do Tribunal para buscar a sua certidão. É de extrema importância, e municípios organizados ficam às vezes três, quatro meses para de lá tirar a certidão. Não que o Tribunal lhes crie dificuldades, mas é a própria prestação de contas, é o desenrolar do processo que é realmente complicado. E ainda mais com as dificuldades que estão tendo, vamos verificar que este ano de 96 a dificuldade será ainda maior, isso por não ter cumprido alguns dos seus compromissos, e tendo por parte do Estado haveres na FUNDEPAR, na COHAPAR, na Secretaria de Transportes.

E o Governo, e agora há pouco acabamos de ter a informação privilegiada que teve o nobre Deputado Cartário a respeito do porquê dos 90%, porque já entendíamos como se fosse esse o objetivo, mas aqui ele declinou com conhecimento e como necessidade do próprio Governo. A própria ampliação de empréstimo, aliás, recurso orçamentário da Secretaria da Educação, da ordem de mais de cinco milhões de cruzeiros foi votado e hoje estamos vendo que estes recursos não são repassados.

E um Estado que hoje foi herdada esta administração, que tem a capacidade de tomar uma única alavancada, um bilhão de reais é um Estado que foi bem administrado e até aqui foi bem gerido. Não foram os trogloditas do PMDB: de Richa, Álvaro e Requião que criaram as dificuldades. As dificuldades estão aí, elas estão presentes, mas com priorização, determinação e vontade política. Os outros Governos so-

correram e também se sucumbiram de outras dificuldades. O que está faltando é a vontade para que este Governo possa atender os outros municípios. E estamos percebendo esta sensibilidade. Não só no atendimento do favorecimento, mas no atendimento do cumprimento dos contratos, dos convênios, das parcerias estabelecidas com os diversos municípios do Paraná.

Portanto, procede, Senhor Presidente Anibal Khury, e a Liderança do Governo, que urge um atendimento e uma posição num sentido de alavancar os recursos do Tesouro do Estado para que sejam cumpridos os compromissos com os municípios, para que sua sorte, eles também possam cumprir especialmente o compromisso com o seu funcionalismo. Não adianta e não é regozijo dizer que o Paraná está pagando o salário dos seus funcionários. Cumpriu o dever e num momento difícil, mas deixando de cumprir o compromisso com os municípios, que hoje, em função, disto, poderiam ter a sua situação amenizada.

Portanto, é de suma importância a ação deste Poder e da Liderança do Governo, no sentido de que possamos ter os municípios atendidos neste Poder.

Sr. Renato Adur - Quero me solidarizar com o Deputado Caíto Quintana pela sua preocupação que também é nossa. É lamentável que vejamos os municípios do Paraná em situação tão caótica e a gota d'água vem se refletindo em razão da falta de compromissos cumpridos no próprio Governo do Estado do Paraná.

Denunciei há poucos dias atrás nesta Casa, Deputado Caíto, a questão do DER, do convênio de pedras irregulares. E havia naquela ocasião um compromisso, a palavra de S.Exa., o Governador do Estado de que até o dia 15/12 seriam sanados os compromissos com as prefeituras municipais. O Líder do PDT nesta Casa, Deputado Rossoni, não sei se ele se faz presente hoje, nos apresentou um gráfico das contas que o governo devia e que nos próximos dias seriam quitados. Lamentamos que até hoje, dia 21/12, não foram pagos nem alguns centavos quanto mais um centavo daqueles valores.

Temos prefeituras que atendemos no interior, como Nova Tebas que tem perto de cinco mil reais em haver do Estado do Paraná, dinheiro este destinado exclusivamente para pagamento de 13º de funcionários. Tem também quarenta e nove mil reais do PEDU que também não foi quitado, Deputado Caíto. O PEDU de Nova Tebas, também a prefeitura já concluiu as obras do Paço Municipal. O Deputado Nelson Tureck esteve conosco lá, inclusive, na inauguração. Viu que obra maravilhosa que custou quase duzentos mil reais e é empréstimo. E que estranhei, conforme V. Exa. falou, que o Te-



souro do Estado tenha de alavancar recursos para pagar uma coisa com dinheiro que é do exterior.

Então alguém meteu a mão neste dinheiro. Este dinheiro não existe. Este dinheiro também foi colocado num caixa único e sumiu. Isto é impossível acontecer num Estado de direito de coisas.

Quero aqui fazer um apelo novamente ao Líder do Governo, que leve a nossa preocupação das pedras irregulares do DER, que já manifestamos estes dias a nossa preocupação e que ainda este ano, o Governo consiga liquidar estas faturas com nossas prefeituras.

Me solidarizo com V. Exa., parablenizo V. Exa. pela oportunidade de trazer à baila esta questão, e é importante que esta Casa, como um todo, manifeste a sua preocupação ao Governador do Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Anibal Khury, estamos encaminhando à Mesa, vamos colher assinaturas de todos os Parlamentares que assim o desejarem, independente de partido político, para que não transpareça uma agressão desnecessária ao Senhor Governador. Mas passar às suas mãos, Senhor Presidente, um requerimento assinado pela maior quantidade possível de Deputados, para que V. Exa. seja um representante deste Poder, no encaminhar ao Governador do Estado do Paraná, para que o Governo se empenhe junto com seus Secretários, que ao menos os convênios atrasados sejam pagos antes do dia 31 de dezembro, porque senão, no ano que vem haverá problema com certidão negativa do Tribunal para poder receber.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontrase em visita a esta Casa, a convite do Deputado Antonio Annibelli, o Prefeito de Mallet.

No horário da Liderança concedo a palavra ao Deputado Duílio Genari.

O SR. DUÍLIO GENARI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. (Lê):

"Já se passaram, praticamente, dois anos e nenhuma solução foi encontrada para viabilizar recursos com as ações da COPEL, cuja venda estava autorizada pela Lei nº 10.702 de 30 de dezembro de 1993.

Consciente da importância de tais recursos para o Estado do Paraná, se fazia necessário uma tomada de posição, a meu ver até com urgência, visando encontrar uma solução que permitiria a negociação das ações da COPEL, pelo menos com alguns dispositivos, principalmente, na questão do valor do lote de ações para se aproximar mais da realidade atual de valor de

mercado e patrimonial.

É de conhecimento dos Deputados com assento nesta Casa de Leis, que o Estado do Paraná, já pelo Governo anterior, tinha a necessidade de apurar mais recursos para o seu melhor desenvolvimento. E a forma melhor, prática e mais ágil que dispunha seria a negociação e venda de parte das ações da COPEL.

O governo atual, sob o comando e liderança de Jaime Lerner, Governador competente, sério, determinado, empreendedor e muito preocupado em desenvolver sempre mais o Paraná, para o que o nosso Estado alcance a projeção ainda maior, com condições de competir de igual para igual aos que hoje são considerados mais desenvolvidos dentre os Estados que compõem a República Federativa do Brasil, também vê que a venda de parte destas ações somente favorecerá o Paraná, sem nenhum risco de prejuízo para a nossa exemplar COPEL.

Daí a nossa iniciativa em apresentar o projeto de lei. Tinha plena consciência que seria um projeto polêmico e que deveria ser exaustivamente discutido e debatido.

Por isso, quando da apresentação à Mesa, de imediato determinei à minha assessoria que no mesmo momento distribuisse cópia aos representantes da imprensa presentes à sessão daquele dia, para que todos os segmentos representativos do nosso Estado tomassem conhecimento do teor do projeto apresentado.

De conhecimento público, o tema foi logo tomando conta em todas as discussões pelo Estado, analisando, estudando e debatendo.

Tudo isso aconteceu, e a Assembléia Legislativa, que é a Casa de representação do povo paranaense, pelos seus atuantes Deputados, democrática e responsabilmente soube muito bem atuar na questão deste projeto de lei.

Agradeço a todos os Parlamentares, à imprensa em geral, direção da COPEL, sindicatos representativos, associações de classes, Liderança do Governo comandada pelo atuante Deputado Algaci Túlio, Líder do PDT, Deputado Valdir Rossoni, Relator do meu projeto Líderes e integrantes dos partidos de oposição, que muito contribuíram com as ponderações, discussões e debates, enfim, agradeço a todos os Deputados, ao Senhor Presidente Anibal Khury, enfim, a todos que de uma forma ou outra contribuíram para a melhoria do projeto e a sua aprovação.

Obrigado, e a nossa posição sempre será a favor do Paraná e seu desenvolvimento, para o engrandecimento de todos os paranaenses."

Senhores Deputados, quero aproveitar nesta tarde também para agradecer a todos

os Deputados, cumprimentar a todos e que os debates, as conversações, as reuniões este ano de 95, sirva para todos nós para que no ano de 96 possamos juntos, de mãos dadas, ajudar a construir o Paraná.

Não poderia nesta hora deixar de agradecer os meus companheiros de partido, todas as lideranças de todos os partidos que apoiaram o meu projeto com referência à venda das ações.

Agradeço de coração e tenho certeza que este projeto vai dar de fato, segurança ao Governador Jaime Lerner, para fazer um governo voltado ao povo do Paraná.

O Sr. Nereu Moura - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento)

Muito embora eu, como Deputado Estadual, tivesse me posicionado contrário à venda das ações da COPEL, conforme projeto que Vossa Excelência colocou aqui ao Plenário, quero apenas parabenizá-lo, eu que tive o prazer de ser Deputado com V. Exa. já no período passado, conheço muito bem o seu trabalho, trata-se de um homem público de grandeza ímpar, responsável, sério e que tem feito um grande trabalho pelo Oeste do Paraná.

Então uso deste aparte apenas para ressaltar o trabalho grandioso e o conceito que V. Exa. possui lá no Oeste do Paraná, por esse trabalho e rigoroso, sobretudo em favor dos pequenos municípios da nossa região.

Receba aqui o nosso parabéns e que o ano que vem estejamos nesta Assembléia trabalhando firmes e decididos em favor do nosso Paraná, cada vez melhor.

Meus parabéns, Deputado.

O SR. DUÍLIO GENARI - Agradeço, Deputado Nereu Moura.

Só queria concluir desejando a todos os Deputados, à Deputada Irondi, aos familiares dos Deputados, desejando a todos um Feliz Natal e ano novo. E como já disse, que no próximo ano nós possamos juntos voltar aqui, de mãos dadas, em favor do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhamos agora a pouco o Deputado Caíto Quintana, da tribuna, fazer um apelo veemente ao Governo do Estado para que passe um socorro aos municípios.

Sabe Vossa Excelência, e tem Vossa Excelência experiência de 20 anos de Poder, da dificuldade que enfrentam os governos, ao final de cada ano. E não foi diferente com o governador Jaime Lerner e pior ain-

da, em função da situação nacional.

Esta Casa nesses últimos dias tem se debruçado, Senhores Parlamentares, em cima de projetos de suma importância no sentido de viabilizar não só os fatos de emergência mais sim aqueles compromissos que certamente serão cumpridos no decorrer do próximo ano.

Acompanhei atentamente, inclusive o aparte dado pelo Deputado José Maria Ferreira, dizendo que esse Governo não tem boa vontade, que esse Governo não tem sensibilidade para com o problema.

Ouvi o Deputado Renato Adur, que por muitos anos também foi Líder nesta Casa, dizer que este Governo não tem compromissos.

Muito me estranha essas colocações.

Nem mesmo em 12 anos como oposição nesta Casa, tive eu a petulância de chegar a esta tribuna e dizer que o Governo do Estado não tinha compromisso. Fosse ele Álvaro Dias, fosse ele Requião, fosse José Richa, e que fosse um governo que não tivesse boa vontade.

Fizemos críticas, sim fizemos, fizemos cobranças, sim fizemos, mas também soubemos entender as dificuldades dos governantes.

O Sr. Caíto Quintana - Me permite um aparte, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Já na seqüência, Deputado Caíto Quintana.

No entanto, me parece que as informações que chegaram ao Deputado Caíto, ao Deputado José Maria Ferreira, ao Deputado Renato Adur, não foram as mais corretas ou estão desatualizadas, porque quero informá-los de que o Governo do Estado, desde que esta Casa teve a compreensão e a boa vontade de aprovar o projeto do caixa único, a partir daquele momento foi possível o Governo fazer um "raspa tacho" no DETRAN, na Imprensa Oficial e na Junta Comercial, e arrecadar uma importância não superior a 60 mil reais e que possibilitou em primeiro instante os compromissos de 13º salário do Governo do Estado para com os servidores, que possibilitou este compromisso do Governo com os servidores públicos do Estado.

Em segundo lugar esta raspada que foi dada aí, possibilitou também desde ontem ao Governo do Estado fazer o repasse de duas parcelas dos convênios de municipalização.

Além disso possibilitou que o Governo honrasse alguns compromissos em relação os convênios de pedras irregulares. Desde ontem as Prefeituras já estão recebendo.

(Tumulto no Plenário)

Se Vossas Excelências permitirem que

eu consiga concluir o meu pronunciamento, as minhas explicações Vossas Excelências...

Estou reafirmando que o Governo, desde ontem, está fazendo o repasse de duas parcelas da municipalização.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - É o Programa "Raspa Tacho".

O SR. ALGACI TÚLIO - Esse processo todo...

Gostaria de dizer que o mesmo respeito tenho tido sempre com a Oposição. Quero dizer a Vossa Excelência que vim a essa tribuna dar uma resposta em alto nível. Não precisei baixar o nível, estou dando as explicações, se são convincentes a Vossas Excelências fico agradecido. Se não for, evidentemente Vossas Excelências terão outros recursos para tentar descobrir se é verdade, se é raspa tacho, se é raspa cofre. Não entendo essa linguagem de raspa cofre, essa linguagem não é comigo não, graças a Deus. Prefiro ter uma tendência cigana e até aproveitando a novela do momento e dizer que sou mais afeto aos ciganos do que outros tipos de pessoas.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou informando ao questionamento feito pelo Deputado Caíto Quintana, que durante doze anos ocupou a tribuna do lado de lá, como Líder do Governo e que sabe das dificuldades que têm os governantes, os seus governantes tiveram para cumprir os seus compromissos. E estamos procurando cumprir com esta obrigação. O Governador Jaime Lerner é um homem sensível, cumpridor dos seus compromissos e é um governo que está procurando de todas as formas obter os recursos para poder viabilizar os compromissos para com os municípios do Estado do Paraná.

Então eu dizia que está sendo feito o repasse das parcelas da municipalização, está sendo feito o repasse dos calçamentos, das pedras irregulares, claro que não podemos atender três mil e tantos convênios, muitos deles assinados no apagar das luzes, até irresponsavelmente assinado no apagar das luzes, vamos procurar...

Então Senhor Presidente, além do mais o BANESTADO está atendendo algumas Prefeituras que o procuraram com condição de individualmente para também liberar algum dinheiro que possibilite a tranquilidade dos Senhores Prefeitos. Sabem Vossas Excelências, que também o Banco do Estado não tem todas essas possibilidades. A dificuldade é para todos. Não é só para este ou aquele; é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 020/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N° 020/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta lei.

Parágrafo Único - Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:

I - distribuição local de gás canalizado;

II - vias estaduais, precedidas ou não da execução de obras públicas;

III - transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

IV - transporte ferroviário intermunicipal ou que transponha as fronteiras do Estado;

V - transporte aquaviário intermunicipal de passageiros;

VI - transporte aquaviário que proceda a ligação de rodovia estadual;

VII - exploração de obras ou serviços estaduais de barragens, contenções, eclusas, diques irrigações, precedida ou não da execução de obras públicas.

Art. 2° - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

I - poder concedente: o Estado; II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, e forma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas

que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento a concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obra de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração da obra por prazo determinado;

V - permissão de serviço público: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 3º - As concessões e permissões de serviço público e as concessões de obras públicas serão sempre precedidas de licitação, na modalidade de concorrência pública.

§ 1º - A concorrência sujeitar-se-á às disposições desta Lei e, no que for aplicável, às normas da legislação sobre licitações e contratos administrativos, somente sendo dispensada:

I - nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública.

II - nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

III - quando não acudirem interessados à licitação e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração mantidas, neste caso, as condições pré-estabelecidas.

§ 2º - É inexigível a licitação quando, comprovadamente, inexistir possibilidade de competição.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 1º deste artigo, a delegação deve ser feita mediante permissão.

Art. 4º - As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Art. 5º - A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos

desta Lei, das normas pertinentes e no edital de licitação.

Art. 6º - O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

## CAPÍTULO II Do Serviço Adequado

Art. 7º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º - Para efeitos previstos no parágrafo anterior considera-se:

a) regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no contrato de concessão e nas normas técnicas aplicáveis;

b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;

c) eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;

d) atualidade: a modernidade das técnicas, os equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;

e) cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado dos usuários do serviço;

f) modicidade do preço dos serviços: a justa correlação entre os encargos da arrendatária e a retribuição dos usuários.

§ 3º - Não se caracteriza como descon-tinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso.

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

## CAPÍTULO III Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Art. 8º - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do poder concedente e da

concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos lícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço.

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais são prestados os serviços.

#### CAPÍTULO IV Da Política Tarifária

Art. 9º - A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei, no edital e no contrato.

§ 1º - Os contratos poderão prever mecanismos de reajuste e revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 2º - O reajuste corresponde à atualização da tarifa em decorrência da perda do valor aquisitivo da moeda.

§ 3º - A revisão corresponde à alteração do valor da tarifa em decorrência de eventuais distorções na estrutura de custos do serviço.

§ 4º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 5º - Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

§ 6º - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seus equilíbrios econômico-financeiro.

Art. 10 - A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

Art. 11 - A estipulação de novos benefícios tarifários pelo poder concedente fica condicionada à previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 12 - A concessão de qualquer benefício tarifário somente poderá ser atri-

buída a uma classe ou coletividade de usuários dos serviços, vedado sob qualquer pretexto, o benefício singular.

Art. 13 - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 18 desta Lei.

Parágrafo Único - As fontes de receitas previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Art. 14 - As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

#### CAPÍTULO V Da Licitação

Art. 15 - Toda concessão de serviço público, precedida ou não de execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 16 - No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga de concessão, seja em dinheiro, obras, equipamentos ou serviços;

III - a combinação de critérios referidos nos incisos I e II deste artigo.

§ 1º - A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º - O poder concedente recusará propostas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 3º - Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileira.

§ 4º - Nos casos em que o objeto da concessão admitir soluções alternativas, utilização de tecnologias distintas ou va-

riações de execução, das quais possam resultar repercussões significativas sobre o nível do serviço a ser prestado, inclusive no que se refere à qualidade das obras ou produtividade e rendimento dos serviços, e estas alternativas de solução, de tecnologia ou de execução puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade de critérios objetivamente fixados e justificados no ato convocatório, é facultado à Administração adotar os tipos de licitação "técnica e tarifa" ou "técnica e oferta", nas quais a proposta técnica da licitante será objeto de valorização mínima, para efeito de sua aceitação ou não, que antecederá sempre a análise da tarifa ou da oferta, conforme o caso.

§ 5º - É vedada a utilização de outros tipos de licitação não previstos neste artigo.

Art. 17 - A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 6º desta lei.

Art. 18 - Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.

Art. 19 - O edital de licitação observará, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos administrativos, e conterá especialmente:

I - o objeto, metas e prazo da concessão;

II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;

III - os prazos para o recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;

IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;

V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal dos licitantes;

VI - as passíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

VII - os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação às alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;

VIII - os critérios de reajuste e revisão da tarifa;

IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

X - a indicação dos bens reversíveis;

XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;

XII - a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução de obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;

XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;

XIV - nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no art. 23 desta lei, quando aplicáveis;

XV - nos casos de concessão de obra pública ou concessão do serviço público precedida da execução de obra pública, os dados preliminares relativos à caracterização da obra, sendo facultado à Administração exigir do licitante a apresentação do projeto básico na sua proposta técnica, podendo o projeto executivo ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras;

XVI - nos casos de permissão, os termos de contrato de adesão a serem firmados.

§ 1º - Nos casos em que as obras públicas ou os serviços públicos a serem concedidos necessitem de investimentos da concessionária, o poder concedente poderá exigir que a licitante que apresentar a melhor proposta, comprove previamente à adjudicação do objeto da licitação e à homologação do procedimento administrativo licitatório, de que dispõe ou disporá de recursos próprios ou de terceiros para executar as obras, sob pena de desclassificação da proposta.

§ 2º - No caso de aportes de recursos de terceiros é facultado à Administração aceitar que a comprovação a que se refere o parágrafo anterior seja realizada mediante a apresentação de carta de compromisso firme de instituição financeira de financiar diretamente ou de captar recursos para financiamento das obras e serviços.

§ 3º - O poder concedente fixará, no edital de licitação, o prazo de validade das propostas, decorrido o qual os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

Art. 20 - Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio,



cio, observar-se-ão as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso, público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;

III - apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo anterior, por parte de cada consorciada;

IV - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º - Sem prejuízo do disposto no artigo 22, o licitante vencedor fica obrigado a promover antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º - A empresa líder do consórcio é a responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Art. 21 - É facultado ao poder concedente, desde que previsto no edital, no interesse da obra do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor constitua uma sociedade concessionária específica para celebrar o contrato e executar a concessão.

Art. 22 - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados vinculados à concessão de utilidade para a licitação, realizados para o poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 23 - É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

## CAPÍTULO VI

### Do Contrato de Concessão

Art. 24 - São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

I - ao objeto, à área e o prazo da concessão;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para reajuste e a revisão das tarifas;

V - aos direitos garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária,

inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;

IX - aos casos de extinção da concessão;

X - aos bens reversíveis;

XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, nos casos previstos nesta lei;

XII - às condições para a prorrogação do contrato, quando for o caso;

XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;

XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e

XV - ao foro e ao processo amigável de solução das divergências:

§ 1º - os contratos relativos a concessão de serviço público precedido da execução de obra pública, deverão, adicionalmente:

I - estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e;

II - exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

§ 2º - O prazo do contrato de concessão não poderá ser superior a 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que previamente estabelecidas no edital de licitação às exigências a serem cumpridas pela concessionária para a prorrogação do contrato.

§ 3º - O prazo da concessão deve atender, em cada caso ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento de modo a assegurar a modicidade das tarifas.

Art. 25 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

§ 1º - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a conces-

sionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

§ 2º - Os contratos celebrados entre a concessionária e aos terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

§ 3º - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.

Art. 26 - É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

§ 1º - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

§ 2º - O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites de subconcessão.

Art. 27 - A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção dos serviços;

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 28 - Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação de serviço.

## CAPÍTULO VII

### Dos Encargos do Poder Concedente

Art. 29 - Incumbe ao poder concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta lei,

nas normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis.

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para a defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30 - No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo Único - A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

## CAPÍTULO VIII

### Dos Encargos da Concessionária

Art. 31 - Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e os registros dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus

registros contábeis;

VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

§ 1º - A concessionária que receber bens e instalações revertidos ou entregues à sua administração deve arcar com a responsabilidade pela manutenção e conservação dos mesmos, assim como pela sua reposição.

§ 2º - As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

#### CAPÍTULO IX

##### Da Intervenção

Art. 32 - O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Único - A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 33 - Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 2º - O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 34 - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração de serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

#### CAPÍTULO X

##### Da Extinção da Concessão

Art. 35 - Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º - Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º - Extinta a concessão, haverá imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º - Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos artigos 36 e 37 desta lei.

Art. 36 - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 37 - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 38 - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará o critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do artigo 27, e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1º - a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláu-

sulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2 - A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, referidos no parágrafo 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia calculada no decurso do processo.

§ 5º - A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do artigo 3º desta lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º - declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 39 - O contrato de concessão poderá se rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pelas concessionárias não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento.

## CAPÍTULO XI Das Permissões

Art. 40 - A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Parágrafo Único - Aplica-se às permissões o disposto nesta lei.

## CAPÍTULO XII Das Disposições Finais

Art. 41 - Fica o Estado autorizado a cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais conservadas ou vias federais delegadas.

Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, a avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.

Art. 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

### Aprovada.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente. Gostaria que constasse na Ata o meu voto contrário.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário porque achei que faltou debate nesse projeto, até porque vamos entregar algumas estradas excelentes para serem exploradas. E o osso, quem é que fica com o osso?

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também voto contrário do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Ouvi as palavras do Deputado Ricardo Chab, quando diz que este projeto não foi discutido suficientemente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor tem que se ater ao sim ou não.

O SR. NEIVO BERARDIN - É evidente, como autor do projeto, sim. Pensei que já teria sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então está aprovado.

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - Projeto de Lei n° 468/95, que autoriza o Poder Executivo, conforme especifica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. Substitutivo Geral da C.C.J. sobre as Emendas.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N° 468/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamentos e operações de qualquer natureza, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações sem direito a voto emitidas em nome do Estado do Paraná;

II - as ações ordinárias emitidas em nome do Estado do Paraná, até o limite do art. 3° desta lei;

III - até a totalidade das ações com e sem direito a voto, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, administrado pelo Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO.

§ 1° - O valor das ações para efeito de venda ou caução será de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor patrimonial.

§ 2° - A venda ou caução a que se refere este artigo será efetivada parceladamente, em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos do Estado, contando com assessoramento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3° - As operações de venda das ações de que trata este artigo serão coordenadas pelo Banco do Estado do Paraná S.A., que fará a escolha das demais instituições participantes, através de procedimento licitatório.

§ 4° - As operações de venda de que trata este artigo deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros do Poder Legislativo designados pelo seu Presidente.

§ 5° - Para atendimento ao disposto no "caput" deste artigo, fica o Poder autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza até o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) dentro dos limites fixados pela Resolução n° 11/94, do Senado Federal e por esta Lei.

Art. 2° - Quando da conversão das ações caucionadas junto a instituições fi-

nanceiras, o valor das mesmas será calculado com base na tendência indicada pelo comportamento da média dos últimos 20 (vinte) preços médios e da última cotação divulgados pelas Bolsas de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Art. 3° - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 4° - Na utilização dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata o art. 1° desta lei, deverão ser observadas as seguintes condições de forma isolada ou cumulativa:

I - aplicações em atividades produtivas;

II - investimentos que gerem efetivo aumento de Receita Tributária para o Estado;

III - geração de empregos;

IV - preservação do patrimônio reinvestido;

V - atração de capitais para investimento no Estado, ou;

VI - investimentos na área energética.

§ 1° - Deverá o Executivo Estadual incorporar ao relatório e ao Balanço Anual do Estado, dados que contenham, entre outras, as seguintes informações:

I - quantidade de ações vendidas;

II - percentagem de ações ordinárias em poder do Executivo Estadual;

III - montante e aplicação dos recursos gerados pelas vendas.

Art. 5° - Ficam revogadas a Lei n° 10.702, de 30 de dezembro de 1993, o art. 3° do Decreto n° 14.947, de 26 de outubro de 1954 e demais disposições em contrário.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.12.95

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTIN - Relator

## Aprovado.

Com os votos contrários dos Senhores Deputados: Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Cezar Silvestri e Ricardo Chab.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Embora tenha titubeado após o discurso do Duílio Genari, registro o meu voto contrário.

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 461/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 078/95, que dispõe sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automoto-

res (IPVA). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F.. Substitutivo Geral da C.C.J.. Emendas de Plenário.

Sobre o referido projeto Emendas de Plenário, em nº de 28, de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01,  
AO PROJETO DE LEI Nº 461/95

Art. 14 - .....

"VII - cuja posse haja sido transferida, gratuitamente, mediante contrato de comodato ou equivalente, registrado em cartório de Títulos e Documentos, com apresentação ao DETRAN, por empresas públicas ou privadas e pessoas físicas, a entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, bem como a instituições de educação ou de assistência social, as quais preencham os requisitos no artigo 14, do Código Tributário Nacional."

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA  
ALBANOR GOMES

Apoio: Ricardo Chab, Cezar Silvestri e Edson Lino.

JUSTIFICATIVA:

O alcance da emenda proposta tem por objetivo corrigir situação anômala que, seguidamente, vem ocorrendo mercê da cessão de veículos a entidades governamentais ou instituições de educação ou de assistência social, por empresas públicas ou privadas, para utilização em benefício da comunidade. Assim, tem havido notícias da cessão de veículos, em tais condições, como, por exemplo, pela PETROBRÁS, em favor do Corpo de Bombeiros, ficando a empresa, sujeita ao pagamento do IPVA. Evidentemente, a isenção proposta, a par de corrigir tal situação, viria até estimular esta prática, com inegável e benéfica repercussão, quer para o Estado, como, também, para os municípios.

#### EMENDA AMPLIATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

O artigo 14, no Capítulo XI, Das Isenções, do Projeto de Lei nº 461/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - .....

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linha de transporte urbano, suburbano ou metropolitano e intermunicipal de pessoas, cedida por concessão pública;"

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Carlos Simões, Duílio Genari, Irineu Colombo, Orlando Pessuti e Sâmis da Silva.

#### EMENDA AMPLIATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

O artigo 14, no Capítulo XI, Das Isenções, do Projeto de Lei nº 461/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - ....

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - Os veículos oficiais de uso das Prefeituras Municipais."

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Carlos Simões, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Sâmis da Silva e Duílio Genari.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

O artigo 14 ficará acrescido com os seguintes incisos:

VII - de propriedade de entidades assistenciais e filantrópicas, sem fins lucrativos, e declaradas de Utilidade Pública Estadual;

VIII - pertencentes aos Poderes Executivo e Legislativo, Estadual e Municipal, e ao Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Carlos Simões, Renato Adur, Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço e Ricardo Chab.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 461/95, o seguinte texto, onde couber:

"Ficam isentos do recolhimento da cobrança do IPVA, os senhores proprietários de táxis".

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) RICARDO CHAB

Apoio: Carlos Simões, Irineu Colombo, Luiz Claudio Romanelli e Edson Lino.

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

##### CAPÍTULO VII - Do Pagamento

A letra "a" do inciso II do artigo 11 passará a ter a seguinte redação:

Art. 11 - ...

II - ..

a) - ...

01 - até o mês de março - veículos de placa final 1;

02 - até o mês de abril - veículos de placa final 2;

03 - até o mês de maio - veículos de placa final 3;

04 - até o mês de junho - veículos de placa final 4;

05 - até o mês de julho - veículos de placa final 5;



06 - até o mês de agosto - veículos de placa final 6;

07 - até o mês de setembro - veículos de placa final 7;

08 - até o mês de outubro - veículos de placa final 8;

09 - até o mês de novembro - veículos de placa final 9;

10 - até o mês de dezembro - veículos de placa final 0;

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões e Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda consolida a legislação anterior sobre o tratamento ao recolhimento tributário pertinente ao imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA.

No anos anteriores, o recolhimento do tributo, foi sempre nos moldes da tabela que estamos apresentando nesta Emenda. Agora, na Mensagem Governamental n° 78/95, capeando o Projeto de Lei n° 461/95, verifica-se uma enorme redução nas datas para o recolhimento das referidas taxas, que terminarão em julho com as placas final 0.

Esse novo dispositivo apresentado na mensagem governamental se aprovado, irá causar transtornos nos orçamentos dos contribuintes. Por esta razão apresentamos esta Emenda que esperamos seja acolhida.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 07

O item II do artigo 4° passará a ter a seguinte redação:

Item II: 2,00% (dois inteiros por cento) para os demais veículos registrados no DETRAN ou cadastrados na SEFA.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Lino, Ricardo Chab, Orlando Pessuti e Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

A arrecadação com o imposto sobre propriedade de veículos (IPVA) se manterá estável devido a entrada de grande quantidade de carros novos, nacionais e estrangeiros. Isso vai proporcionar equilíbrio na receita com o imposto no próximo ano. Por esta razão, entendemos não ser necessário o aumento de 2,00% para 2,75% pretendido pelo Governo do Estado em sua Mensagem n° 78/95, pois terá sua arrecadação antecipada conforme se constata pelo artigo 11, onde a arrecadação inicia em março e termina em julho.

O Estado de São Paulo, está adotando o mesmo procedimento, ou seja: mantendo o mesmo percentual de 1995 para o Exercício de 1996.

Consideramos que os argumentos a favor

do aumento não são consistentes. Como se trata de um tributo que incide sobre o valor do veículo, não há sentido alegar-se o efeito da inflação.

Também a queda relativa do valor médio dos veículos, em função da própria redução do processo inflacionário e também da maior competição decorrente da abertura da economia, não se justifica, pois a prevaler essa tese, a cada queda de preços dos diferentes produtos, os tributos teriam aumento, o que não se faz sentido. É importante ressaltar, além disso, que a frota de veículos vem aumentando. Segundo dados publicados pela imprensa, na data de hoje, o mercado brasileiro de veículos está quebrando um novo recorde, com um aumento 19,19% sobre as vendas do ano passado, prevendo-se para 1996 um crescimento de 15% sobre o total deste ano. Também, segundo o noticiário, está crescendo o volume de vendas de veículos importados. Portanto mesmo com a manutenção das atuais alíquotas, haverá aumento da arrecadação.

O simples aumento das alíquotas, por outro lado, criará uma certa incoerência, como o fato do contribuinte que compra um carro em 1995 ter que pagar, um ano depois, em 1996, um imposto maior por um veículo com um ano de uso. Além de penalizar as pessoas físicas possuidoras de veículos, o aumento também teria efeito perverso sobre as empresas, com esse custo pressionando os preços.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 08

O parágrafo 5° do artigo 3° passará a ter a seguinte redação:

§ 5° - Os veículos com mais de 10 (dez) anos e menos de 15 (quinze) anos de fabricação terão como base de cálculo 92% (noventa e dois por cento) do valor do veículo fabricado no ano imediatamente posterior. Os veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 (quinze) e mais de 25 (vinte e cinco) anos de fabricação ficarão isentos do imposto (IPVA).

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Lino, Ricardo Chab, Jocelito Canto e Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

Apresentamos esta Emenda ao Projeto de Lei n° 461/95 (Mensagem Governamental n° 78/95), como forma de revigorar e manter a isenção do imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) aos veículos nacionais e estrangeiros, com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação. A proposição tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva conservar a isenção até aqui concedida aos menciona-

dos veículos.

Assim sendo, temos o prazer de apresentar esta Emenda à apreciação dos nobres Pares, esperando seja acolhida e aprovada por esta Casa.

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 09

O item V do artigo 11 passará a ter a seguinte redação:

Item V - No pagamento integral do imposto nos prazos estabelecidos em instrução, será concedida redução de 30% (trinta por cento) do valor devido.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Silva Lino, Orlando Pessuti, Ricardo Chab e Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Emenda pretende manter 30% (trinta por cento) do valor devido para o contribuinte que efetuar o pagamento integral nos prazos estabelecidos nas instruções como forma de redução.

Isto posto, solicitamos aos nobres Deputados o acolhimento desta Emenda para conservar a concessão da redução de 30% (trinta por cento).

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 10

O § 2° do artigo 3°, passará a ter a seguinte redação:

§ 2° - A tabela de que trata o inciso IV, indicará o valor da base de cálculo em moeda corrente e o valor correspondente ao IPVA devido em Unidade Fiscal de referência - UFIR, devendo ser publicada até o último dia do mês de dezembro de cada ano, para aplicação durante o exercício imediatamente seguinte ao de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Lino, Orlando Pessuti, Ricardo Chab e Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

A apresentação desta Emenda, e sua consequente aprovação nada mais é do que promover a adequação de datas, ou seja: transferir de novembro para o último dia do mês de dezembro de cada ano para a aplicação durante o exercício imediatamente seguinte.

A experiência nos ensina, e temos visto todos os anos, como está acontecendo agora, que os projetos sobre imposto de veículos automotores IPVA, são normalmente aprovados em dezembro.

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 11

O artigo 21 passará a ter a seguinte redação:

Art. 21 - Fica aprovada nos termos do inciso IV do art. 3°, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 1996, que constitui o anexo I desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a retificar o referido anexo I de acordo com as Emendas aprovadas e sancionadas.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Silva Lino, Orlando Pessuti, Ricardo Chab e Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Emenda é tecnicamente necessária, pois a aprovação das Emendas apresentadas, implicará na retificação da tabela constante do anexo I da Mensagem Governamental n° 78/95, por esta razão, ficará desde já o Governo Estadual autorizado a proceder à retificação da mencionada tabela.

#### EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 12

##### CAPÍTULO XI

##### Das Isenções

O artigo 14 passará a ter a seguinte redação:

"Art. 14 ...

I - que, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro;

III - utilizados no transporte público de passageiros, na categoria aluguel (táxi), de propriedade de motorista profissional, pessoa física, e por ele utilizado em sua atividade profissional;

IV - construídos ou adaptados para permitir sua utilização por portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de conduzir veículos comuns, desde que recebam aprovação após vistoria realizada pelo DETRAN;

V - tipo embarcação, de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Lino, Orlando Pessuti, Ricardo Chab e Jocelito Canto.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Mensagem Governamental n° 78/95, capeando o Projeto de Lei n° 461/95 verifica-se que os veículos pertencentes às empresas locadoras e destinados à locação, estão sujeitos ao pagamento do imposto sobre IPVA, entretanto, pelo inciso IV do artigo 14, constata-se que os ônibus empregados em linhas de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas, são isentos do referido imposto, causando com

isso uma desigualdade entre as isenções.

O objetivo desta Emenda é tratar todos com igualdade, pois, assim procedendo estaremos inclusive aumentando consideravelmente a arrecadação do imposto de veículos automotores IPVA.

Assim sendo, esperamos o acolhimento desta Emenda que certamente irá de encontro aos objetivos do Governo do Estado, no sentido de procurar meios para o aumento de arrecadação.

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 13

O artigo 14 - do Capítulo XI - Das Isenções, passará a ter o inciso VII com a seguinte redação:

Art. 14 - ...

VII - os veículos antigos de coleção, com mais de 25 (vinte e cinco) anos de fabricação de propriedade do VETERAN CAR CLUB DO BRASIL - CLUB DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS - PARANÁ, ou de seus sócios devidamente qualificados.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoio: Carlos Simões, Edson Silva Lino, Orlando Pessuti e Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

O VETERAN CAR CLUB DO BRASIL - CLUB DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS - PARANÁ, fundado em 13 de julho de 1977, com sede e foro na cidade de Curitiba, conforme seus Estatutos (xerox anexo), é uma sociedade civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com finalidade de proporcionar atividades recreativas, culturais, congregando apreciadores de automóveis antigos e incrementando a preservação e conservação dos mesmos, na modalidade eminentemente amadorista, cultivando a tradição e protegendo o patrimônio antigo mobilista.

O VETERAN CAR CLUB DO BRASIL - CLUB DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS - PARANÁ, participa, seja em desfiles, seja com apresentações à caráter, nas festividades cívico-culturais onde convidado, dando brilho, charme e entretenimento, não somente aos saudosistas, como aos jovens que deliram e aplaudem entusiasmaticamente aos desfiles e apresentações que normalmente temos assistido.

Entendemos justa a isenção do IPVA, aqui pretendida. Por esta razão, estamos certos do acolhimento, consequentemente, sua aprovação.

#### EMENDA ADITIVIDA DE PLENÁRIO DE N° 14

Acresce mais um parágrafo ao Art. 3° do Projeto de Lei n° 461/95, oriundo de mensagem governamental.

§ ... - A renovação da licença anual dos veículos citados no parágrafo anterior dar-se-á mediante pagamento de taxa no valor de 30 UFIRs.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Sâmis da Silva, Renato Adur, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 15

Dá nova redação ao § 5° do artigo 3° do Projeto de Lei n° 461/95, oriundo de Mensagem Governamental.

§ 5° - Os veículos com mais de 10 anos e menos de 15 anos de fabricação terão como base de cálculo 92% do valor do veículo fabricado no ano imediatamente superior. Os veículos nacionais com mais de 15 anos e estrangeiros com mais de 25 anos de fabricação ficarão isentos do imposto.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Durval Amaral, Caíto Quintana e Nereu Moura.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 16

Altera o Artigo 4° do Projeto de Lei n° 461/95:

Art. 4° - As alíquotas do IPVA são:

I - 2% para veículos terrestres de passeio e utilitários, de fabricação nacional;

II - 4% para veículos terrestres de passeio e utilitários de procedência estrangeira;

III - 1% para veículos terrestres de duas rodas e os de transporte de cargas e ou passageiros (coletivos) nacionais e estrangeiros;

IV - 1% para embarcações de qualquer tipo;

V - 0,5% para aeronaves de qualquer tipo.

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Nereu Moura e Durval Amaral.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 17

Suprime a alínea "a", do inciso I do Artigo 6° do Projeto de Lei n° 461/95.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 18

Altera o inciso II do Artigo 7° do Projeto de Lei n° 461/95.

"Art. 7° - O cadastro de veículos será

mantido atualizado:

I - ...

II - Pela SEFA, na forma estabelecida em instrução, relativamente às embarcações com tamanho superior a 19 pés e aeronaves;

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Durval Amaral, Caíto Quintana e Nereu Moura.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 19

Altera o § 2° do Art. 7° do Projeto de Lei n° 461/95.

§ 2° - O adquirente do veículo ainda não licenciado no País deverá, no prazo de 30 dias úteis contados da data de emissão do documento fiscal de aquisição, requerer registro junto ao DETRAN;

Sala das Sessões, em 21.12.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 20

Altera a alínea "a", do inciso I do Art. 11 do Projeto de Lei n° 461/95.

1) Até o mês de março, veículos de placas final 1;

2) Até o mês de abril, veículos de placas final 2;

3) Até o mês de maio, veículos de placas final 3;

4) Até o mês de junho, veículos de placas final 4;

5) Até o mês de julho, veículos de placas final 5;

6) Até o mês de agosto, veículos de placas final 6;

7) Até o mês de setembro, veículos de placas final 7;

8) Até o mês de outubro, veículos de placas final 8;

9) Até o mês de novembro, veículos de placas final 9;

10) Até o mês de dezembro, veículos de placas final 0;

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Durval Amaral, Caíto Quintana e Nereu Moura.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 21

Altera o § 4° do Art. 11 do Projeto de Lei n° 461/95:

§ 4° - no pagamento integral do imposto nos prazos estabelecidos em instrução será concedido a redução de 20% do valor devido.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 22

Modifica o inciso III do Art. 14 do Projeto de Lei n° 461/95.

Inciso III - na categoria aluguel (TAXI) de propriedade de motorista profissional, pessoa física e por ele utilizado em sua atividade profissional;

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Orlando Pessuti, Toti Colaço, Durval Amaral, Caíto Quintana e Nereu Moura.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 23

Suprime o Inciso IV do Art. 14 do Projeto de Lei n° 461/95.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Toti Colaço e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 24

Modifica a alínea "C" do inciso II do Art. 15° do Projeto de Lei n° 461/95.

Inciso II - ...

Alínea "C" - ao adquirente de veículo automotor usado que não efetuar a transferência de propriedade junto ao DETRAN, no prazo de noventa dias, contados da data da aquisição.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Nereu Moura, Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 25

Altera o § 3° do Art. 7° do Projeto de Lei n° 461/95.

§ 3° - O adquirente de veículo usado deverá, em 90 dias contados da data da aquisição, efetuar a transferência de propriedade junto ao DETRAN.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Sâmis da Silva, Renato Adur, Toti Colaço, Cleiton Kielse, Nereu Moura, Caíto Quintana e Durval Amaral.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 26

Altera as alíneas "b" e "c" do § 1° do art. 15 do Projeto de Lei n° 461/95:

§ 1° - ...

- a) ...  
 b) para 5% do 2º ao 15º dias, contados da data da alínea anterior;  
 c) para 15%, do 16º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea "a".  
 Sala das Sessões, em 21.12.95.  
 (a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
 Apoio: Antonio Annibelli, Orlando Pessuti, Sâmis da Silva e Toti Colaço.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 27

Altera o inciso II do art. 15 do Projeto de Lei n° 461/95:

Art. 15 - ...

I -

II - Trinta UFIR.

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Ricardo Chab, Irineu Colombo, Antonio Annibelli, Toti Colaço e Sâmis da Silva.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 28

Altera o inciso I do artigo 15 do Projeto de Lei n° 461/95:

Art. 15 - Os infratores a legislação do IPVA ficam sujeitos a multas equivalentes a:

I - 15% do valor do IPVA não pago no prazo devido;

Sala das Sessões, em 21.12.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoio: Carlos Simões, Ricardo Chab, Antonio Annibelli, Sâmis da Silva, Toti Colaço e Irineu Colombo.

## Em Votação:

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria que Vossas Excelências prestassem um minuto de atenção sobre este encaminhamento que quero fazer sobre o Projeto de Lei n° 461/95, que trata do estabelecimento de uma lei, que chamaríamos de uma lei orgânica, sobre a questão do IPVA. Vossas Excelências devem ter acompanhado nos últimos dias os debates que foram travados sobre esta questão.

Quero registrar aqui a postura do Presidente, Deputado Anibal Khury, que, ao receber a mensagem que veio do Sr. Governador, procurou na verdade realizar reuniões na presidência desta Casa, convidou vários parlamentares que dão sustentação ao governo, e numa das reuniões acabei participando. Quero registrar a postura democrática do Presidente Anibal Khury, que até este momento fez o contraditório para que possamos na verdade evitar a perpetração de um ato de absoluta selvageria, em relação tributária, que o Governo e a

Secretaria da Fazenda querem fazer contra o contribuinte paranaense.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, logo após a Sessão Ordinária realizaremos uma Sessão Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Queria na verdade, fazer um alerta a todos os Senhores Deputados, especialmente às Lideranças de Bancada, e àqueles Parlamentares que têm maior afeição a números aqui nesta Casa, e chamar a atenção, Senhor Deputado Alborghetti, porque o que o Governo quer fazer, o Senhor tem que tomar cuidado com a sua carteira, o Governo na verdade quer fazer um aumento real do IPVA que vai ser no mínimo, 56%, mas em alguns casos comprovadamente chega a 80%, além de quererem revogar benefícios com uma emenda que já houve uma lei, do Deputado Antonio Annibelli, que consegue a isenção para os veículos nacionais com mais de 15 anos, e para os importados e estrangeiros com 25 anos.

Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, apresentamos 15 emendas, entre tantas emendas que estão bem apresentadas pelos Senhores Parlamentares. Mas queria destacar uma que fala sobre a questão da alíquota. Estou propondo Senhores Deputados, alíquotas diferenciadas, não alíquota nem de 2,75 e nem alíquota de 2,5. Alíquota de 2% para os veículos terrestres, de passeio e utilitário de fabricação nacional.

Estou propondo alíquota de 4%, para os veículos importados, 1% para os veículos terrestres, duas rodas de transporte de cargas e passageiros, e aqui faço um comentário, porque os ônibus hoje, os ônibus urbanos e metropolitanos, não pagam um centavo de IPVA. Aí é claro, vão alegar naturalmente, o Deputado Algaci Túlio, porque vai constar da planilha. Ora, na verdade esse benefício que essas empresas têm hoje, soma 5 ou 6 milhões de reais por ano, de economia, Deputado Luis Carlos Martins. O contribuinte, o sistema de Curitiba tem uma receita de cerca de 12 a 13 milhões de reais por mês. O contribuinte na verdade, não está sendo rigorosamente beneficiado com esta isenção. Só são os proprietários das empresas de ônibus que deixam de pagar um tributo que é importante para o Estado, e que aumentaria a receita do IPVA.

1% para embarcação de qualquer tipo, 0,5% para aeronaves. Esta a proposta que tenho para a alíquota do IPVA no Paraná.

Temos uma emenda para suprimir a responsabilidade solidária dos despachantes. Porque o que o Governo quer fazer é uma injustiça com a classe laboriosa, dos despachantes. Uma emenda que propõe que embarcações, só com tamanho superior a 19 pés, é que devam ser taxadas. Porque tem

rigorosamente cabimento, que o pequeno bote que o sujeito usa no final de semana para ir pescar num rio, um bote pequeno, vai acabar pagando o IPVA extremamente elevado.

Há outra emenda, Senhores Deputados, que apresentamos, que os Senhores sabem que o IPVA durante muitos anos, até que ele era na verdade, taxa rodoviária única, era cobrado do mês de Janeiro a Outubro, de acordo com o final da placa do veículo, começando no um e terminando no zero.

Muito bem, depois quando o IPVA foi atualizado o Governo tentou cobrar esse IPVA em 4 meses, foi o maior tumulto da história, que vivemos nas agências do BANESTADO. O Governo agora retoma esta proposta, porque hoje você paga o IPVA, de Março a Dezembro, são 10 meses para se pagar o IPVA. O contribuinte já está condicionado, Deputado Alborghetti, a saber quando é que vence o final da sua placa e o seu IPVA. Sabe o dia que tem que pagar.

Muito bem, o Governo quer de novo desorganizar isso, na emenda substitutiva, está se falando em pagar o IPVA de abril a agosto, vai se concentrar isso em cinco meses, vai tumultuar novamente o recolhimento do IPVA, vai desorganizar a cabeça do contribuinte, e a receita estadual não vai ganhar rigorosamente um centavo com isso, porque isso é fluxo de caixa, o Governo tem encargos que vai pagando, a dívida pública, folha de pagamento de pessoal ou custeio da máquina e na verdade é uma questão de fluxo de pagamento e vai só desorganizar a cabeça do contribuinte.

Queria ainda, Senhor Presidente, ressaltar o seguinte: - Hoje para o pagamento à vista, é 30%. Para pagamento à vista. O Governo quer reduzir para 10%. Estamos propondo uma alíquota intermediária, como o IPVA pode ser parcelado em até três vezes, para que se encontre justiça e faz uma alíquota de 20%. Queria aqui fazer um paradoxo. Ao mesmo tempo que o governo propõe desconto de 10% para o pagamento à vista e 15% no caso do IPVA ser pago até o dia 29 de fevereiro, no substitutivo que foi negociado pelo Deputado Anibal Khury, ao mesmo tempo o governo mantém as penalidades por contribuinte, ao contribuinte que não pagar o IPVA no prazo devido, mantém 30% de acréscimo no valor do IPVA. Então estamos apresentando uma emenda que, no mínimo, o governo não pode ser contraditório. Se quer dar desconto de 10 ou 15 a multa não pode ser de 30%. Então a multa que seja de 15%, que é o valor do desconto que ele concede para o pagamento até 29 de fevereiro e após uma outra emenda que dá isso parceladamente.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vou dar um exemplo para os Senhores, só para os Senhores se situarem

bem. Tenho aqui um fax que foi claculado pelo Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná e mostra o exemplo de um caso concreto. Não estamos trabalhando sob um exemplo que não existe. Vou dar um exemplo de um veículo Monza SLE, ano 91, placa ACB 6358, com IPVA recolhido dentro do prazo legal. O valor venal do veículo em 94: R\$ 13.200,00. Valor venal do veículo em 95: R\$ 9.500,00. Diferença do valor do veículo a menor em 95, R\$ 3.700,00. Muito bem. Quanto é que foi o IPVA deste veículo? Valor bruto R\$ 264,00. Valor do desconto quando pago em quota única, R\$ 185,00.

Muito bem, Senhores Deputados. Qual é a proposta do governo para esse mesmo veículo: de R\$ 185,00 ele vai para o valor bruto de R\$ 363,00 e para o valor com desconto de pagamento no vencimento, de R\$ 326,00, ou seja, um aumento real de 76%, Senhores Deputados. 76%. Agora os Senhores vejam bem: temos um argumento que é sempre utilizado tanto pelos técnicos, pelo Secretário da Fazenda, pelo nobre líder do governo, Deputado Algaci Túlio, um exemplo de que não havia inflação na época de 94, 95, 93. Na verdade, é o seguinte: a receita do IPVA de 95 é a maior receita da história em qualquer moeda, em dólares, em reais, em cruzeiros, no que se quiser transformar a maior receita em 1995 e quero dizer aos senhores, vou dar um exemplo. Um veículo que pertence ao vice-Presidente do PMDB do Paraná, Dr. Milton Boabs: ele pagou, em 94 quando a alíquota era de 3%, Senhores Deputados, 184.83 FCA que é a moeda do sistema de cobrança do IPVA até hoje, porque com esse projeto vai se transformar em UFIR, muda, na verdade, a moeda do sistema.

Muito bem. Quanto é que foi em 95 o IPVA do Senhor Milton? Foi R\$ 267,24, ou seja, com a diminuição da alíquota, em 94 ele pagou R\$ 64,00 de IPVA. Em 95 ele pagou R\$ 139,00 e em 96 ele vai, mesmo com o veículo que está sendo depreciado, que é um veículo de ano 87, um veículo Monza, bem conservado, é verdade, mas um veículo velho, ele vai pagar R\$ 153,00 nos valores de hoje. É claro que está em UFIR. Vai ter duas correções. Ele paga em 23.12.1994. Imagine a paulada que ele vai pagar de IPVA em 1996. Por isso, Senhor Presidente, queria chamar a atenção para a alíquota e essencialmente, para o prazo de pagamento. creio que as lideranças devam se reunir na Comissão de Constituição e Justiça e fazer, na verdade, uma adequação que seja justa para o contribuinte, porque a previsão de receita que está no orçamento, é de 75 milhões de Reais, seguramente, da quota-parte do Estado, 50% são para os municípios. Então será a receita 150 milhões.

Se efetivamente votarmos esse projeto da forma como está, estaremos come-



tendo um ato de profunda injustiça contra mais de um milhão e meio de contribuintes paranaenses que pagam o IPVA.

Por isso que chamo V.Exas., independente dos Partidos e da posição política que têm nesta Casa, mas os chamo à reflexão, porque o Deputado Anibal já conseguiu avançar muito no contraponto com o governo, mas é necessário a participação de todos os Senhores Deputados para que possamos alterar esta realidade do IPVA que o Governo quer instituir no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tenham emendas a serem apresentadas que façam com brevidade, porque a Mesa vai encaminhar à Comissão de Justiça.

Com a palavra o Deputado Emerson Nero-ne, para encaminhar.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho que uma das análises mais complicadas que tem que se fazer na questão do IPVA é exatamente na tabela de valores venais para cálculo do IPVA. Quero dar um exemplo prático para mostrar, Deputado Romanelli, que todas as discussões de alíquotas deveriam passar primeiro pela re-discussão ou pelo enquadramento dessa tabela em valores reais.

Vou dar um exemplo do que está acontecendo nesta tabela aqui. Estava na casa de um amigo e perguntei para ele, olha, uma casa idêntica a esta, que tinha do lado, quanto é que vale? Ele me falou o seguinte, vale 50 mil reais, mas como neste período está difícil de vender, a gente vende por 35 mil. Então, o que vale é 35 mil, não vale 50 mil! O governo fez a mesma coisa que meu amigo fez. Quanto é que vale um Santana CD 86? Vale sete mil e duzentos reais. Não, mas quanto é que consigo neste Santana hoje? Cinco mil e quinhentos reais, no máximo. O valor da tabela é 7 mil e duzentos reais. O valor venal dos veículos nesta tabela está em média 20 a 40% acima do que se consegue no mercado.

Estou dando o exemplo desse Santana CD porque é exatamente um veículo que eu tinha até dias atrás e fui pesquisar aqui em Curitiba e em Maringá quanto eu conseguiria neste Santana, e o valor máximo que conseguiria era cinco mil e quinhentos reais, mas como ele tinha pneu novo, tinha revisão de motor, tinha revisão disto, daquilo, tinha trocado correia dentada, como estava muito bem conservado, o meu suplente, hoje Vereador lá em Maringá, José Maria, me ofereceu 6 mil reais, 10% acima do valor de tabela do carro e aí então vendi, estou aqui com o cheque no bolso, inclusive vai ser depositado hoje. Agora vou com-

prar por outra tabela que não seja a tabela de cálculo venal do Governo do Estado do Paraná, porque a tabela de cálculo, Deputado Romanelli, joga por terra toda a nossa discussão de quanto é o percentual que a gente deve cobrar. Aumenta em 25% a cobrança de imposto sobre os veículos, retoma a cobrança dos veículos acima de 15 anos e aumenta no valor, põe no valor venal uma tabela que varia entre 20 e 40% acima do valor de mercado.

Se os Senhores ligarem a qualquer concessionária, a qualquer picareta revendedor de veículos usados, com carteirinha ou sem carteirinha, chamados picaretas de carros, vão ver que esta tabela aqui é aquela tabela igual à tabela da casa do meu amigo. Olha, ela vale 50 mil, mas só consigo 35 por ela.

Esta tabela está superfaturada se alguém comprar por esta tabela foi enganado, foi redondamente enganado, ela se situa entre 20 e 40% acima...

Deputado Anibal Khury, quando aprovarmos essa tabela, estaremos dizendo ao Paraná que os carros aqui cobrados a essa taxa do IPVA, aqui no Paraná são carros que a gente só compra talvez lá no interior do Ceará ou em algum outro Estado, talvez se consiga pagar esses valores, mas aqui no Paraná essa tabela é muito acima do preço de mercado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto e Emendas retornarão a Comissão de ...

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, só quero rapidamente, sei que os Deputados estão com um pouco de pressa e querendo dar uma viajada, quero contestar alguns números que um Deputado foi à tribuna e declarou.

Temos aqui uma questão importante para que os Deputados entendam. Com a Emenda Substitutiva que foi negociada pelo Deputado Anibal Khury, diminuindo de 2,75 para 2,5; a arrecadação do Estado ficará no intermediário, entre a arrecadação de 94 e de 95. Haverá um acréscimo de arrecadação de 95 para 96, haverá de 20%.

Mas se compararmos a arrecadação de 1994, haverá uma queda de 10%. O que quer dizer com isso, com a Emenda Substitutiva será uma arrecadação ou uma taxa intermediária, entre o ano de 94, que pagávamos 3% e que em 95 foi baixada para 2%, está aí a prova, da taxa de 1994, de 3% que foi baixada em 95 para 2%, está aí a prova de que a arrecadação do Estado ficará intermediária, entre 94 e 95. Este aumento abusivo falado pelo Deputado que me antecedeu não é verdadeira, e nós com esta Emenda Substitutiva, acredito, Senhores Deputados, claro que é difícil fazer a defesa de

cobrança de impostos nesse momento em que vivemos, mas temos que ser conscientes e trazer aqui a verdade à população para-naense e aos nobres Parlamentares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto e Emendas irão à Comissão de Constituição e Justiça que vai realizar a sua Sessão Extraordinária daqui a poucos minutos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4065, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4064, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Renato Adur, Jocelito Canto, Ricardo Chab e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4063, de autoria do SR. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Publique-se.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, só para esclarecer que já demos os devidos esclarecimentos, e o que me consta em Sessões de convocação, em Sessões Extraordinárias não caberia a entrada de requerimentos, mas de qualquer maneira, aceitamos porque o Governo está dando respostas aos compromissos assumidos.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Maria Ferreira, inscrito.

Os Srs. Deputado que compõem a Comissão de Justiça poderão se dirigir à sala..

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, me inscrevi na condição de Explicações Pessoais porque não tive, eu, nem o Caíto, nem o Renato Adur, condições de dar resposta, ou mesmo fazer as colocações que pretendíamos ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O Deputado Algaci Túlio afirmou que o Governo tem compromissos com a sociedade, mas eu quero dizer que a sociedade não é uma região de Curitiba, é o interior, e esse interior nós precisamos ver as suas obras, precisamos ver o compromisso com as municipalidades e vem o Deputado Algaci Túlio afirmar que foi repassado ontem os recursos. Ora, não somos quem tem a chave do cofre do Governo. Por isso é obrigação do Governo vir e dar as explicações e trazer as informações a esta Casa e aos Deputados. E muito mais, ao Deputado Alga-

ci Túlio, nós esperamos que ele decline os municípios pelos quais ele disse que o Governo atendeu, porque os que eu consultei não receberam recursos.

Então, aguardo do Deputado Algaci Túlio, o eminente Líder do Governo, que fale ao Plenário desta Casa aonde foi que o Governo atendeu, aonde foi que cumpriu com o compromisso dele, das pedras irregulares, aonde é que está repassando os recursos da casa popular, da família, da municipalização da educação. Não adianta trazer apenas a esta Casa a conversa, nós precisamos, porque o ano se encerra, o problema está instalado e o Governo, se não tiver sensibilidade, se não acudir com o compromisso dele, vai fazer.

O Deputado Algaci Túlio afirmou que no final do Governo foi feito centenas, dezenas de convênios ao apagar das luzes e de forma irresponsável. Ora, se tem a capacidade e a plena competência para analisar que os convênios não partiram pelo bom princípio da administração pública, que tenham a competência de cancelá-los. Esta é a função do Governo. Então, por que não fizeram?

E no caso das pedras irregulares para pagar o que precisa, o que está atrasado, demandaria apenas quatro milhões e oitocentos, quase cinco milhões de reais, dos sessenta milhões que foi puxado no rapa do tacho, eu acho que com isso, Sr. Presidente, nós teríamos cumprido um grande programa gerador de mão-de-obra, gerador de condições para que lá se estabeleça o colono, o trabalhador, o homem do campo, lá na própria terra, com condições de sustentar assim a sua família.

São essas explicações que nós gostaríamos de ouvir do líder do Governo, não é vir apenas e apresentar a fala, precisa dos fatos.

É o que nós aguardamos, Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicito aos Srs. membros da Comissão de Justiça que compareçam à sala das reuniões para que a comissão possa dar o seu parecer nas várias emendas que se encontram naquela comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/95.

Anuncia ainda trabalhos das Comissões até o dia 07 de janeiro e sessão normal,

para o dia 08 de janeiro de 1996, à hora regimental.

SÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO de 1995.

Levanta-se a sessão.

"SEMINÁRIO: POLÍTICA DE CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DO PARANÁ"

Transcrição:

Comissão de Educação,  
Cultura e Esportes

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO PÉRICLES PACHECO DE MELLO, EM SES-

Resumo e Conclusões

Durante os dias 27 e 28 de novembro, um grupo representativo da comunidade paranaense, reunido no Plenarinho da Assembléia Legislativa, discutiu a situação da ciência e da tecnologia no Estado do Paraná.

Entre os presentes, deve-se destacar a participação de Irma Passoni, ex-deputada e relatora da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI) que investigou o atraso tecnológico do Brasil; de Ubirajara Brito, Diretor de Planejamento, representante do Ministério da C&T; de Gilberto Soares da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e de Paulo Roberto Menezes Lima, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) esteve representada pela sua Vice-Presidente, Glaci Zancan, enquanto a comunidade empresarial o foi pelo Vice-Presidente da Associação de Empresas de Biotecnologia (Apebi), Solon Cordeiro de Araújo. Representou a comunidade dos trabalhadores Nelson Karam, do Dieese, e a comunidade tecnológica, Jair Ferreira de Almeida, do Centro Federal de Educação Tecnológica. Quanto às fundações estaduais de apoio à pesquisa, o relato de uma experiência estadual - a do Estado de Santa Catarina, foi feito por Hamilton Savi, Diretor de Desenvolvimento Industrial, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico de Santa Catarina.

A discussão teve como perspectiva o panorama econômico atual, que mostra como características relevantes a incorporação de novos conhecimentos como valor agregado ao produto, a rapidez com que estas inovações atingem o mercado, a abertura de mercados e a globalização da economia. O grande desafio que os países deverão responder, como condição de sobrevivência como nações, está baseado fundamentalmente nas mudanças no mundo do trabalho e na reestruturação de todo o setor produtivo. Para estas reformas há a necessidade de investimento maciço em educação e em C&T. Para recuperar o atraso tecnológico do país, é preciso uma política de C&T articulada com as políticas industrial, de emprego, de meio ambiente e desenvolvimento e de relações de trabalho. Estas devem estar fortemente amparadas numa política de formação de recursos humanos, portanto num projeto educacional amplo. A natural complexidade na construção de um planejamento de tal amplitude torna necessária a participação de todos os atores sociais, mobilizados pelo Estado. Cabe ainda ao Estado o papel de agente articulador e mediador, papel ao qual não poderá se furtar, sob pena de tornar este atraso irrecuperável, mesmo a longo prazo.

O Estado do Paraná apresenta ainda, devido a uma série de contingências, uma situação de atraso dentro do quadro nacional, devendo portanto superar um desafio maior. Nos últimos anos, o PIB do Paraná cresceu em índices maiores que o nacional. No entanto, isso não reverteu em melhor distribuição de renda nem no aumento da arrecadação tributária, atestando a falta de planejamento em nível de estado.

São fatores agravantes da situação de C&T do Estado a ausência de uma política de estado para essas áreas, aliada à inexistência de um mecanismo eficaz de estímulo à atividade de geração do conhecimento. Como resultado, de 1990 a 1995 o número percentual de pesquisadores do Paraná decresceu em relação ao do país.

A Constituição do Estado do Paraná define, em seu artigo 205, que 2% da receita tributária estadual deverão ser destinados ao fomento à pesquisa, constituindo um fundo a ser gerido por um conselho paritário formado pelo governo e pelas comunidades científica, tecnológica, empresarial e de trabalhadores. A partir de sua promulgação, a comunidade paranaense vem lutando incessantemente pela regulamentação deste artigo em lei, tendo já apresentado uma proposta de consenso, na qual se propõe a criação de uma Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado do Paraná. Entretanto, tem-se manifestado uma oposição sistemática por parte do poder executivo, seja pela inoperância, pela obstrução política ou pelo veto. O atual governo assumiu compromisso público de regulamentar o artigo 205 e o tem reafirmado. Este discurso, aliado ao fato da atual vice-governadora ter liderado a luta em prol da regulamentação deste dispositivo no governo anterior, enquanto deputada estadual, gerou uma forte expectativa pela solução rápida do problema. Entretanto, lamentavelmente, assistimos o encerramento do ano de 1995 sem uma solução.

Diante desse quadro, o Seminário teve como objetivo discutir a situação da pesquisa científica e tecnológica no Paraná e a propor as balizas para que se possa traçar uma política adequada para o setor.

Entre as constatações feitas durante as discussões desenvolvidas no Seminário, destacaram-se:

- A preocupação com a regulamentação do Artigo 205 da Constituição Estadual e com o efetivo fomento à pesquisa no Estado;
- A estranheza pela ausência de representantes do Governo Estadual, em especial da Secretaria de Ciência & Tecnologia, na discussão de assuntos tão relevantes para o Estado, em um momento em que a comunidade se mobiliza para a discussão;
- O depoimento feito pelo Secretário de FUNCITEC do Estado de Santa Catarina, Dr. Hamilton Savi, de que naquele Estado, em que os recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica são geridos através de um conselho de ciência e tecnologia, já existe consenso e que o próprio governo enviou proposta ao parlamento da criação de uma Fundação de Apoio à Pesquisa;
- Colocações feitas pelo representante do Ministério de Ciência & Tecnologia, Dr. Ubirajara Brito e pelo representante da FINEP, Dr. Gilberto Soares, de que o Governo Federal pretende destinar recursos aos Estados que investem no fomento à pesquisa, em valores pelo menos equivalentes aos aplicados localmente. Tanto estes dois convidados quanto o representante da CAPES, Dr. Paulo Roberto Menezes Lima e a ex-Deputada Federal Irma Passoni, manifestaram explicitamente sua preocupação com a situação de atraso tecnológico do Paraná, com o não encaminhamento das questões internas e com a impossibilidade do governo federal em auxiliar o Estado com mais verbas se não há a vontade política local para tanto.

Com base na discussão realizada, foi consenso entre os presentes no Seminário de que se deve encaminhar com urgência as seguintes questões:

- Empenho pela Regulamentação imediata do Artigo 205 da Constituição Estadual de acordo com o Substitutivo Geral ao projeto apresentado pelo Deputado Orlando Pessuti, para a criação de uma Fundação de Apoio à Pesquisa do Paraná.
- O órgão gestor de recursos constitucionais deve ser autônomo e deve ser gerido pela sociedade.
- O mérito deve ser o único critério para a concessão de recursos para projetos;

- O Paraná necessita de investimento em pesquisa básica e para formação de recursos humanos.
- Realização de um levantamento detalhado da competência instalada em ciência e tecnologia no Estado do Paraná, através das Comissões de Educação e de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

Finalmente, as entidades presentes deliberaram a criação do Fórum Permanente de Ciência & Tecnologia do Paraná, uma organização da sociedade civil que busca criar um espaço político-institucional de elaboração e controle das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, com o intuito de assegurar a qualidade e a permanência destas políticas. Este Fórum se concebe como uma instância democrática e socialmente representativa, agregando as comunidades envolvidas em C&T, com vistas a contribuir para o planejamento e implementação de uma política de C&T para o Estado do Paraná.

Decidiu-se também a elaboração deste documento final, bem como sua ampla divulgação.